



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
CAMETÁ SISTEMA DE CONTROLE
INTERNO CONTROLADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO CNPJ: 05.105.283/0001-50**

PARECER FINAL DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

Parecer nº 226/2023 – CGM

Processo nº 6022/2022

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 057/2022 - PMC

Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Cametá/PA e suas secretarias.

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de Parecer Final do Pregoeiro à Controladoria Geral do Município-CGM, através de Despacho, datado de 31/07/2023, assinado pelo Sr. Adenilton Batista Veiga, Presidente da CPL/PMC e Pregoeiro, referente à Registro de Preços para contratação de empresa especializada para aquisição de materiais de expediente, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Cametá/PA e suas secretarias.

DO CONTROLE INTERNO

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos art. 31 e 74 da CF/88 e na Lei Municipal 263/2014, e demais normas que regulam as atribuições do sistema de controle interno, referentes aos exercícios de controle prévio e concomitante dos atos de gestão e visando a orientação do administrador público, mencionamos, a seguir, os pontos anotados no curso dos exames que entendemos conveniente destacar, ainda que, por força regimental, a resposta à consulta não constitui pré-julgamento de fato ou caso concreto.

Tendo em vista que a contratação *sub examine*, implica em realização de despesa, resta demonstrada a competência da Controladoria, análise e manifestação.

DA ANÁLISE DO PROCESSO

A matéria é analisada conforme os preceitos da Lei nº 8.666/93 e da Lei 10.520/02. O exame dos atos realizados será feito a partir da folha 1323 à 1412, cujo os documentos a serem conferidos nas fases interna do processo, demonstraram que os trâmites cumpriram as exigências legais conforme já explanado no Parecer Jurídico nº 1198/2023/PGM/PMC e Parecer Técnico Final nº 139/2023 - CGM/PMC.

Na sequência dos autos constam:

- Publicações no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado do Pará, jornal de grande circulação e no mural do TCM/PA, relativos aos contratos folhas 1323 à 1340;
- Despacho da CPL à SEFIN para que seja emitida Nota de Empenho pg. 1341;
- Empenho global nº 126112, pg. 1342;
- Despacho da CPL à CGM requerendo análise e parecer final;
- Contrato Administrativo nº 31.PE.057/2022-PMC;
- Ato de designação de Fiscal ao Contrato nº 31.PE.057/2022-PMC;
- Contrato Administrativo nº 32.PE.057/2022-PMC/SEMED;
- Ato de designação de Fiscal ao Contrato nº 32.PE.057/2022-PMC/SEMED;
- Contrato Administrativo nº 33.PE.057/2022-PMC/SMS;
- Ato de designação de Fiscal ao Contrato nº 33.PE.057/2022-PMC/SMS;
- Contrato Administrativo nº 34.PE.057/2022-PMC/SEMAS;
- Ato de designação de Fiscal ao Contrato nº 34.PE.057/2022-PMC/SEMAS;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
CAMETÁ SISTEMA DE CONTROLE
INTERNO CONTROLADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO CNPJ: 05.105.283/0001-50**

- Contrato Administrativo nº 35.PE.057/2022-PMC/DEMUTT;
- Ato de designação de Fiscal ao Contrato nº 35.PE.057/2022-PMC/DEMUTT;
- Contrato Administrativo nº 36.PE.057/2022-PMC/SAAE;
- Ato de designação de Fiscal ao Contrato nº 36.PE.057/2022-PMC/SAAE;
- Publicações no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado do Pará, jornal de grande circulação e Diário Oficial Eletrônico do Município de Cametá/PA folhas 1406 à 1412;

É o relatório.

CONCLUSÃO

Ante ao exposto, este Controlador, após análise das etapas e procedimentos relativos ao processo licitatório *sub examine*, e ainda considerando a legalidade através do Parecer Jurídico nº 1198/2023/PGM/PMC, **OPINA PELA REGULARIDADE** do referido processo, encontrando-se revestido de todas as formalidades legais, estando apto a gerar despesas para a municipalidade. E orienta:

- **Que seja anexada cópia de publicação no mural do TCM/PA do contratos elencados nas folhas 1344 a 1405;**

- **Que sejam mantidas atualizadas as certidões de habilitação da empresa;**

Ademais, cite-se que a análise formulada neste parecer não tem por fim se imiscuir em questões de ordem técnica inerentes ao procedimento, limitando-se o emissor deste ato opinativo a avaliar apenas o seu aspecto de regularidade jurídica-formal. **Nesse sentido, ressalta-se que o presente processo está condicionado à apreciação e aprovação da autoridade superior.**

Outrossim, este órgão de Controle Interno está ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao **Ministério Público Estadual**, para as providências de alçada.

É o parecer a consideração superior.
Cametá/PA, 01 de agosto de 2023.